

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PBX) — CEP 02598-900  
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1873

**JÚLIO MESQUITA**  
(1891 - 1927)

**JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montês

Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## O futuro Congresso

Merecem a atenção dos dois candidatos líderes nas pesquisas para a Presidência da República, especialmente o senador Fernando Henrique Cardoso, que tem hoje as maiores chances de ocupar o lugar do presidente Itamar Franco, os dados da sondagem sobre a intenção de votos para o Legislativo realizada pelo Instituto Vox Populi e divulgada no final de semana: faltando pouco mais de um mês para as eleições, 73% dos eleitores brasileiros ainda não sabem em quem irão votar para a Câmara dos Deputados, 5% pretendem deixar a cédula em branco ou anular o voto, e apenas 21% já escolheram candidato.

Essa situação tende a beneficiar as velhas oligarquias políticas, os candidatos ligados às estruturas partidárias e às máquinas administrativas federal, estaduais e municipais. Desse modo, a tão esperada renovação da Câmara e do Senado — calcula-se que entre 60% e 70% dos atuais deputados e dos atuais senadores que estão colocando seu mandato em jogo não retornarão a Brasília no próximo ano — deverá ser muito mais de nomes do que de qualidade. Aliás, foi o que aconteceu nas duas últimas eleições para o Congresso: embora a “renovação” tanto em 1986 quanto em 1990 tenha sido superior a 50%, essas duas legislaturas foram ainda mais desastrosas que as anteriores.

Essa situação é altamente preocupante porque, tanto — ou mais até —, do que das ações do próximo presidente da República, o futuro do programa de estabilização econômica, ou seja, a derrocada definitiva da inflação, e a retomada do crescimento sustentado da economia brasileira vão depender do que fizer — ou deixar de fazer — o novo Congresso Nacional. O governo nunca escondeu, seja pelo ex-ministro Fernando Henrique Cardoso, seja pelo ministro Rubens Ricúpero, que a troca de moedas não é a última etapa do Plano Real, que precisa de complementos para se consolidar. E esses complementos vão depender do Congresso.

Ninguém ignora que o equilíbrio das contas públicas agora, que permitiu a derrubada da inflação a partir de 1º de julho, é extremamente precário. Há indícios de que a meta de déficit zero este ano poderá não ser alcançada. E o Orçamento do próximo ano, que deverá ser encaminhado ao Congresso até amanhã, foi fechado com a ajuda de algumas mágicas: não há previsão para pagar a segunda etapa da isonomia salarial dos servidores da administração direta, recursos da venda de estoques de café e de vendas de estatais serão contabilizados para pagar despesas correntes, e foram incluídos como receitas créditos da Cofins depositados em juízo e com liberação ainda não confirmada. Não fosse isso e o Orçamento de 1995 teria um rombo de R\$ 10 bilhões. Mesmo com todo esse esforço de ajuste, o futuro presidente só poderá manejar, para executar as políticas públicas que está prometendo, R\$ 4 bilhões dos R\$ 102 bilhões que compõem o Orçamento. O resto está comprometido com despesas que não podem ser alteradas, como pagamento de pessoal e juros da dívida e com as vinculações constitucionais obrigatórias.

Se não tivermos uma revisão constitucional que desamarre esta camisa-de-força, que reforme o sistema tributário, que permita um enxugamento da máquina administrativa e uma diminuição drástica do tamanho do Estado, que abra mais espaços para o capital estrangeiro e que elimine os monopólios estatais, o próximo governo, qual quer que seja o seu comandante, não fará outra coisa que não seja correr para segurar os rombos no caixa do Tesouro. E dificilmente segurará a inflação nos níveis baixos em que ela está no momento.

Portanto, não basta votar num candidato à Presidência. É preciso, também, escolher um Congresso responsável, comprometido com essas mudanças, com os mesmos propósitos e a mesma linha de conduta do presidente.